

APRESENTAÇÃO

A percepção de que boa parte dos problemas que enfrentamos se deve também à forma como construímos os discursos que fazemos sobre a realidade, ou então às projeções que fazemos sobre as realidades que gostaríamos de ver construídas e/ou modificadas e entendidas, é antiga. Essa percepção constitui, inclusive, boa parte da base de toda reflexão epistemológica que tem acompanhado, não só a história das reconstruções racionais que produzem os conhecimentos e os saberes que materializam tais discursos, mas também se faz cada vez mais presente nas linhas de frente dos movimentos sociais e suas representações, que tem particularmente assistido ao recrudescimento dos problemas que genericamente caracterizamos como socioambientais. Se considerássemos apenas as últimas décadas do século passado e as quase duas que já se findam, deste novo século XXI, poderíamos reunir quase 50 anos de manifestos, exortações, referências e reflexões, com os mais variados graus de profundidade, que nos dariam bem a medida da importância que um número crescente de setores tem dado para a divulgação e o esclarecimento dessa percepção de identidades entre trajetórias cognitivo-epistemológicas e problemas socioambientais, por exemplo.

Das famosas (e esquecidas) “Carta de Veneza” e “Carta de Paris”⁴⁶, (que sugeriam ir além do universo regulado pelas disciplinas reconhecidas cientificamente; e estabelecer liames cognitivos entre arte, ciência e tradição...), aos mais recentes “Carta da transdisciplinaridade”⁴⁷ e “Manifesto pela vida”, produzidos em eventos ocorridos já na virada do século XX para o XXI, seria possível extrair

46. Referência aos manifestos produzidos por duas reuniões patrocinadas pela UNESCO em 1986 e 1991, nas cidades de Veneza e Paris, respectivamente: “Ciência e as fronteiras do conhecimento: o prólogo de nosso passado cultural” (Veneza, UNESCO, março de 1986), “Ciência e Tradição: Perspectivas Transdisciplinares, aberturas para o XXIº Século” (Paris, UNESCO, 2-6 dezembro de 1991).

47. Produzida no I Congresso Mundial de Transdisciplinaridade – Convento da Arrábida, 6 de novembro de 1994 (V. NICOLESCU, B. *O Manifesto da Transdisciplinaridade*. Lisboa: Hugin, 2000).

contundentes ilustrações que sintetizam muito bem as identidades aludidas. Nos dois primeiros itens do Manifesto essa síntese se ilustra da seguinte maneira:

La crisis ambiental es una crisis de civilización. Es la crisis de un modelo económico, tecnológico y cultural que ha depredado a la naturaleza y negado a las culturas alternas. El modelo civilizatorio dominante degrada el ambiente, subvalora la diversidad cultural y desconoce al Otro (al indígena, al pobre, a la mujer, al negro, al Sur) mientras privilegia un modo de producción y un estilo de vida insustentables que se han vuelto hegemónicos en el proceso de globalización.

La crisis ambiental es la crisis de nuestro tiempo. No es una crisis ecológica, sino social. Es el resultado de una visión mecanicista del mundo que, ignorando los límites biofísicos de la naturaleza y los estilos de vida de las diferentes culturas, está acelerando el calentamiento global del planeta. Este es un hecho antrópico y no natural. La crisis ambiental es una crisis moral de instituciones políticas, de aparatos jurídicos de dominación, de relaciones sociales injustas y de una racionalidad instrumental en conflicto con la trama de la vida.⁴⁸

Um dos signatários desse manifesto, Enrique Leff, reconhecidamente é dos que mais se notabilizou em demonstrar esse conflito de racionalidades que explicita a dimensão civilizatória e cognitiva da crise que seguimos atravessando. “A problemática ambiental – segundo ele –, mais que uma crise ecológica, é um questionamento do pensamento e do entendimento, da ontologia e da epistemologia com os quais a civilização ocidental compreendeu o ser, os entes e as coisas.” (Leff, 2003, p. 19).

Essa é uma percepção que já se difundiu entre diversos movimentos sociais, como por exemplo aqueles que mobilizam as comunidades e organizações dos povos originários da América, rebatizada de Abya Yala por suas próprias organizações⁴⁹. Luis Macas, liderança indígena-quéchua do Equador, um

48. Trechos extraídos do “Manifesto por La Vida, Por Uma Ética para la Sustentabilidad”, elaborado no Simpósio sobre Ética y Desarrollo Sustentable, celebrado em Bogotá, Colômbia, entre os dias 2 e 4 de Mayo de 2002. Disponível em <<http://www.pnuma.org/educamb/documentos/Manifesto.pdf>>. Entre outros, participaram do simpósio: Enrique Leff, Carlos W. Porto Gonçalves e Marina Silva

49. Expressão adotada pelas diversas *Cumbres* de povos originários de América, para rebatizar a denominação do continente, seguindo a tradição de alguns agrupamentos que assim identificavam suas terras antes da ocupação colonial. Abya Yala se origina da língua do povo Kuna, que vivia na Colômbia e cujos remanescentes estão hoje no Panamá. Significa “Tierra madura”, “Tierra Viva” ou “Tierra en florecimiento” e foi adotada definitivamente como denominação do território americano em 2007, na *III Cumbre Continental de los Pueblos y Nacionalidades Indígenas de Abya Yala*, realizada na Guatemala.

destacado porta-voz desses movimentos (ex-presidente da Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador – CONAIE – e ex-reitor da Universidad Intercultural de las Nacionalidades y Pueblos Indígenas «Amawtay Wasi» - casa de la sabiduría - de Ecuador) em um texto intitulado “*La necesidad política de una reconstrucción epistémica de los saberes ancestrales*”, reconhecendo o caráter cognitivo e epistemológico da crise que vivemos, em grande parte produzida pelo exclusivismo de uma racionalidade que exclui ou desvaloriza as outras racionalidades possíveis como as dos povos originários de América e África, por exemplo, propõe:

que debemos pensar en dos ejes fundamentales. Primero, en una lucha política; segundo en una lucha desde la epistemología. Es decir: ¿cómo es que ahora, cuando el mundo es mucho más difícil siquiera de comprender en su complejidad, podemos construir otros conocimientos? Desde otros aportes, desde otras existencias, desde otros pueblos. (Macas, 2005, p. 40)

Mas, importante realçar, que ao contrário daquela usual atitude discricionária praticada pelo exclusivismo da racionalidade excludente, que o sociólogo português Boaventura Souza Santos (2007) chamou de “pensamento abissal”, Macas sugere que haja na relação entre esses outros “aportes” e o pensamento prevaemente, co-presença, “diálogo ou ecologia dos saberes”, como já apregoaram Enrique Leff e o próprio Boaventura:

Hay que hacer un proceso, de re-racionalización, de re-construcción de saberes, porque no podemos despreciar el bagaje teórico, estético y ético que el mundo occidental ha creado; se trata de enriquecer el conocimiento humano, incorporando la diversidad, nuevas formas de comprender el mundo que también son legítimas porque son históricas. (*Id.*, p. 41)

Em adição a isso, Macas, evocando Catherine Walsh, que ele identifica como sendo uma intelectual militante estadunidense “que trabalhou com Paulo Freire”, repete como pergunta afirmações que diz ter colhido em suas reflexões: ¿no será que tenemos que descolonizar la producción del conocimiento? ¿No será que los intelectuales, los científicos sociales, tienen que repensar en la

producción de los conocimientos? ¿No será que todos debemos repensar los contenidos fundamentales de nuestro saber? Pensando en incorporar nuevas categorías, nuevas referencialidades, nuevos conceptos que aún están por validarse.” (*Ibid.*)

O fato é que Macas, assim como as outras pessoas mencionadas, – Leff, Boaventura e Walsh –, entre muitas mais que poderíamos aqui incluir, falam com a autoridade de quem ou por ser parte integrante das que viveram e vivem os processos de colonização/degradação, ou por serem solidários às agruras destas, conhecem os sistemas de vida que mais tem logrado sucesso na resistência à degradação socioambiental.

No artigo seguinte, Marcos B. de Carvalho aprofunda essa discussão e reflexão a respeito do diálogo de saberes que evidenciando seu papel fundamental, particularmente neste momento de crise socioambiental que, como a própria expressão que a caracteriza indica, não deveria considerada apenas de um ponto de vista biologizante mas ampliada para a percepção do protagonismo da sociedade. Esta, assim como contribui para produzir as crises, também deverá contribuir para evidenciar as alternativas de suas soluções.

A seguir essa discussão continua em tópicos específicos relacionados aos seguintes temas: Agroecologia (Diamantino Pereira), revelando os embates entre os paradigmas de uma agricultura exclusivamente cientificizada em diálogo e/ou confronto com os saberes de populações tradicionais e camponesas; Áreas Protegidas (Sidnei Raimundo) e os debates em torno das possíveis contradições (e/ou cooperações) existentes entre concepções de conservação ambiental sejam as pautadas exclusivamente nos âmbitos de visões biologizantes, sejam aquelas ampliadas pelas noções de etnoconservação e etnociência; Patrimônio (Sílvia Zanirato e Maria Letícia Ferreira), igualmente promovendo diálogos entre ciência e conhecimento tradicional, em semelhantes debates que em torno dessa questão se promovem, considerando as visões reducionistas técnicas de patrimonialização de bens e aquelas mais recentes, ligadas aos movimentos locais de resistência e manutenção patrimonial como parte necessária à reprodução e preservação de universos culturais ameaçados.